

CONJUNTURA EM DISPUTA: CENÁRIO INTERNACIONAL, TRABALHO E AGENDA DOS TRABALHADORES

Apresentação

Diversos acontecimentos no início de 2026 indicam que o ano será desafiador para a classe trabalhadora em diversas frentes.

No cenário internacional, há aumento das tensões globais e fortalecimento de políticas que pressionam países periféricos e dependentes. Nesse contexto, o governo de Donald Trump aprofunda a postura intervencionista e a pressão sobre a América Latina, além de intensificar as disputas geopolíticas na região e no mundo.

No Brasil, o desempenho do mercado de trabalho apresentou sinais positivos em 2025, como a melhora de indicadores de emprego, renda e formalização, mas a realidade dos trabalhadores permanece marcada pela precarização, elevada rotatividade e pelas desigualdades estruturais. Essa retomada de algum fôlego é relevante, mas não ameniza ou elimina o fato de que a estrutura do mercado de trabalho foi rebaixada nos últimos anos, especialmente após a

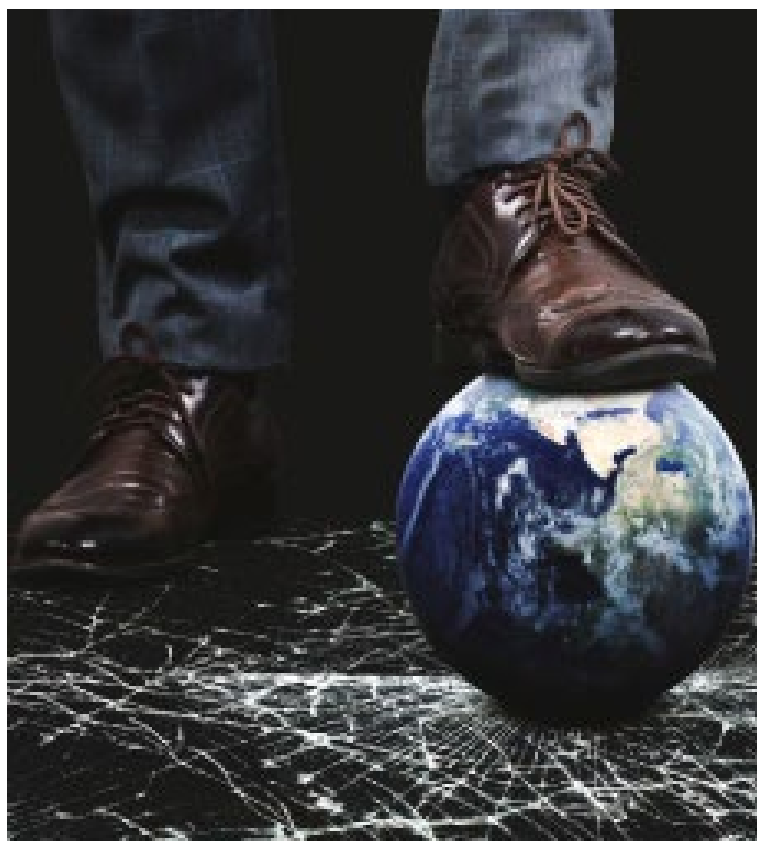


Imagem: Freepik

reforma trabalhista de 2017, que enfraqueceu proteções e estimulou formas mais inseguras de contratação.

Nesse contexto, o avanço da sindicalização, após anos de retração, merece destaque especial, pois sinaliza que, mesmo diante de condições adversas, há potencial para reorganização da base sindical e para o fortalecimento da capacidade de ação coletiva dos trabalhadores.

Em relação aos preços, é preciso olhar o comportamento da inflação em 2025 e os possíveis desdobramentos dos resultados para 2026, com efeitos sobre o orçamento das famílias, por causa do encarecimento de bens e serviços essenciais. A manutenção de juros elevados como resposta quase automática ao controle inflacionário é uma estratégia que impõe elevados custos sociais ao desestimular investimentos, restringir a atividade econômica e reduzir a capacidade do Estado para implementar políticas públicas voltadas à redução das desigualdades.

No campo das negociações coletivas, 2025 registrou resultados melhores que os observados em anos recentes, com reposição inflacionária e ganhos reais em parcela expressiva dos acordos firmados. Esse resultado é relevante porque mostra que a negociação coletiva não se resume à definição de índices de reajustes, mas expressa a correlação de forças, o nível de mobilização e o grau de organização dos trabalhadores. Quanto mais organizada estiver a base e mais consistente for a estratégia de ação, maiores são as possibilidades de os sindicatos defenderem direitos, salários e melhores condições de trabalho.

Na agenda política dos trabalhadores, serviços e servidores públicos são ameaçados com a Proposta de Emenda Constitucional nº 38/2025, que trata da reforma administrativa. A PEC recupera alguns pontos analisados na Nota Técnica 288, que abordou o assunto enfatizando o enfraquecimento de princípios do Estado, expansão de vínculos mais instáveis e o estímulo à lógica de remuneração variável, entre outros pontos. Para o movimento sindical, esse debate é central porque envolve não só as carreiras do funcionalismo, mas também o modelo de Estado e a capacidade pública de garantir e manter direitos sociais.

Transformações na geopolítica mundial e efeitos regionais

Concluído em janeiro o primeiro ano do segundo mandato de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos, começam a se desenhar com mais nitidez as linhas mestras da política internacional do governo norte-americano. Diante da magnitude das transformações que essa orientação impõe à ordem mundial e dos impactos sobre o Brasil, a análise da conjuntura nacional pressupõe, ainda que de forma sumária e com questões em aberto, uma consideração do cenário internacional.

Após sucessivos governos que relegaram a América Latina e o Caribe a um papel secundário, a gestão de Trump tem evidenciado, sobretudo nos últimos meses, uma retomada da lógica associada à chamada Doutrina Monroe, formulada no século XIX e sintetizada no lema “A América para os americanos”. Essa orientação volta a enquadrar a região como área de influência privilegiada da potência norte-americana e se articula à reativação da política do *big stick* (“grande porrete”), em que a hegemonia é exercida predominantemente por meio da coerção, em detrimento do consenso ou do consentimento.

O cerco militar à Venezuela, seguido de bombardeios, invasão e sequestro do presidente Nicolás Maduro é a expressão mais contundente dessa mudança. No mesmo sentido existem ameaças à Colômbia e ao presidente do país, Gustavo Petro, proposta de envio de tropas norte-americanas ao México sob o pretexto de combate ao narcotráfico e a explícita expectativa de que o regime cubano venha a ruir sem o petróleo venezuelano.

Tão chocantes foram esses acontecimentos que ficou para trás, no noticiário e nas análises, como se não estivesse conectada a eles, a ofensiva norte-americana contra o Panamá, no primeiro semestre de 2025. Só não foi tão brutal porque o país centro-americano cedeu às pressões, que incluíram ameaça de invasão e retomada do controle direto do canal que liga o Atlântico ao Pacífico. Sob a alegação de influência da China, o governo Trump conseguiu a exclusão de empresas chinesas da operação portuária, a passagem gratuita de navios de guerra dos EUA e a instalação de estruturas militares operadas conjuntamente por forças panamenhas e norte-americanas.

No caso venezuelano, reconhece-se que não se trata da defesa da democracia ou de combate ao comunismo, mas do controle do petróleo. Embora o petróleo seja central,

o conflito se insere em um movimento mais amplo: a retomada do controle norte-americano sobre o que eles entendem ser “antigo quintal dos EUA”, como parte de um rearranjo geopolítico global que tem promovido mudanças significativas na geopolítica mundial.

Já no primeiro mandato, Trump fazia alarme a respeito dos efeitos da globalização sobre a economia dos EUA, marcada pela desindustrialização, realocação produtiva e pelo desemprego industrial, simbolizado pelo chamado “cinturão da ferrugem”¹. A resposta proposta teria que ser a repatriação de capitais e a atração de investimento produtivos, política que lhe garantiu apoio de grande parte da classe operária industrial do país.

Trump consolidou hegemonia sobre o Partido Republicano e estruturou um movimento político de massas em torno do slogan *Make America Great Again* (Maga). Trata-se de um fenômeno que extrapola os EUA: forças de extrema-direita, antes marginais nos pós-Segunda Guerra Mundial, passaram a ocupar papel central em diversos países, inclusive no Brasil, que viu o extremismo de direita recrutar a maior parte da direita que até então era democrática.

De volta ao poder, Trump avança no desmonte da ordem mundial em vigor. Apesar de avanços e recuos, torna-se cada vez mais evidente a imposição de novo ordenamento global baseado em zonas de influência. A globalização, tal como se desenvolveu nas últimas décadas, passa a ser a consolidação da disputa, e das alianças, em termos de zonas de influência. De acordo com essa concepção, haveria hoje três centros principais de poder econômico, político e militar no planeta: os EUA, a China e a Rússia.

A China é, de longe, o principal adversário: já superou a economia norte-americana em paridade de poder de compra; é hoje a “fábrica do mundo”; detém minerais estratégicos (as terras raras); lidera investimentos globais em infraestrutura e amplia rapidamente capacidades tecnológicas e militares. A expulsão da China da América Latina e do Caribe tornou-se objetivo explícito da política norte-americana.

A zona de influência dos EUA é definida como o Hemisfério Ocidental: ao sul, a América Latina e o Caribe; ao norte, o Canadá, retoricamente reivindicado como 51º

¹ O chamado “Cinturão da ferrugem” (*Rust Belt*) designa uma ampla região dos Estados Unidos que, por décadas, concentrou o núcleo da indústria pesada e da manufatura. Localizado sobretudo no Meio-Oeste e no Nordeste do país, essa área inclui estados como Ohio, Michigan, Indiana, Illinois, Wisconsin, Pensilvânia e Nova York.

estado norte-americano; e, a noroeste, como reivindica e exige, a Groenlândia, cuja incorporação é apresentada como exigência estratégica. A União Europeia aparece como aliada subordinada, sem garantias plenas de proteção diante da Rússia, país que parece ter o direito de neutralizar nações como a Ucrânia e, anteriormente, a Geórgia.

A Rússia, por sua vez, sustenta o peso geopolítico que possui no arsenal nuclear, nos vastos recursos naturais e no território euroasiático. Pelo lado do Oceano Pacífico, as ilhas mais distantes do continente ficam a menos de 10km do Alaska, território vendido pelo czarismo aos EUA. Pelo lado do Atlântico, a meio caminho dos dois gigantes, situa-se a Groenlândia, com grandes reservas de minerais estratégicos e em meio ao degelo progressivo do Ártico, abrindo novas rotas marítimas, uma das razões estratégicas fundamentais para os EUA estarem interessados em estabelecer controle sobre essa grande ilha, comprando-a ou, se necessário, usando força. Na percepção do governo norte-americano, a Rússia não representa ameaça existencial imediata. Mas, em médio e longo prazo, tudo parece volátil em meio a transformações abissais no cenário mundial.

Esse quadro de profunda reconfiguração da ordem internacional condiciona de forma decisiva a conjuntura política, econômica e estratégica também do Brasil.

Mercado de trabalho: avanços conjunturais e limites estruturais

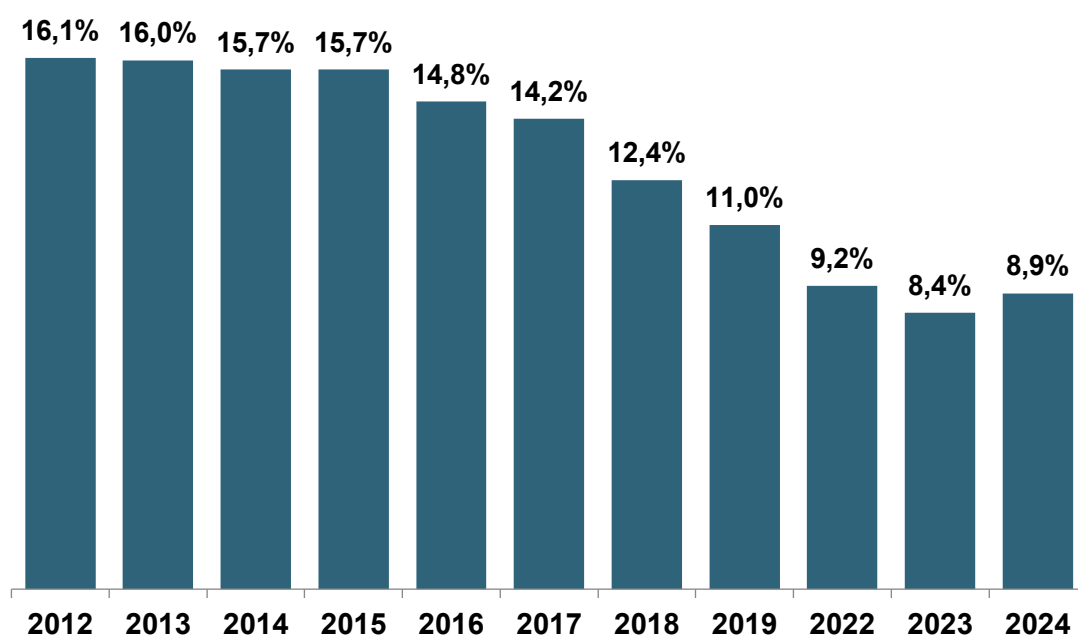
Os indicadores do mercado de trabalho em 2025 apresentaram desempenho positivo. A taxa de desocupação atingiu o menor nível da série histórica, chegando a 5,6% no 3º trimestre de 2025. O rendimento médio real dos ocupados bateu recorde: R\$ 3.406,00. O Índice da Condição do Trabalho (ICT/DIEESE), que sintetiza a situação do trabalho a partir das dimensões da inserção ocupacional, do desemprego e do rendimento, manteve-se em níveis elevados ao longo de 2025, consolidando trajetória de melhora iniciada em 2022.

Apesar disso, a dimensão da inserção ocupacional apresenta percentuais baixos em comparação às demais, refletindo a persistência de vínculos caracterizados por baixos salários e elevada rotatividade, o que estimula parte dos trabalhadores a buscar ocupações com melhores condições. Ainda assim, a criação de empregos formais foi expressiva: no acumulado dos 12 meses encerrados em novembro, o Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), contabilizou a abertura de 1,4 milhão de vagas.

Outro dado relevante foi o crescimento da taxa de sindicalização. Pela primeira vez desde 2012, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou aumento na comparação anual, passando de 8,4%, em 2023, para 8,9%, em 2024, o que representa cerca de 812 mil novos associados². Esse avanço é particularmente significativo porque vai contra dois fatores que contribuíram para a queda na taxa: a precarização do emprego, desde os anos 1990 e a reforma trabalhista de 2017, que acelerou essa queda.

GRÁFICO 1
Taxa de sindicalização (em %)



Fonte: Pnad Contínua. Microdados dos respectivos anos

Elaboração: DIEESE-Subseção da CUT Nacional

Obs.: Dados de 2022 a 2024 atualizados pela projeção populacional do Censo 2022

Esse resultado positivo está associado à melhora recente do mercado de trabalho formal, em especial à geração de empregos em grandes empresas, que tradicionalmente

² A taxa de sindicalização é a proporção de ocupados que se declararam como associados a algum sindicato. Entram nessa conta todo tipo de ocupação: empregadores, informais, trabalhadores por conta própria etc.

apresentam maior densidade sindical, e em setores com forte tradição organizativa, como a indústria e a administração pública. Nesse contexto, destacam-se os grupamentos de atividades de educação, saúde humana e serviços sociais, bem como de administração pública, defesa e seguridade social, que registraram as maiores taxas de sindicalização.

GRÁFICO 2
Taxa de sindicalização segundo grupamento de atividade
Brasil - 2024



Fonte: IBGE. Pnad Contínua. Elaboração: DIEESE

Inflação e perspectivas

Em 2025, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) fechou com alta de 4,26%, dentro do teto da meta (4,5%) estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O principal fator de pressão foi o grupo habitação, que registrou alta de 6,79% e contribuiu com 1,02 ponto percentual da inflação acumulada, impulsionado sobretudo pelos reajustes da energia elétrica residencial, que subiu 12,79% no ano, em razão da elevação da tarifa básica e do acionamento das bandeiras tarifárias.

Já a desaceleração do grupo alimentação e bebidas, que acumulou alta de 2,95%, foi importante para a manutenção da inflação dentro da meta. Esse comportamento

refletiu políticas de controle de preços adotadas pelo governo, como a importação de alimentos, favorecida por câmbio mais estável, além dos efeitos do tarifaço americano, que ampliou a oferta de produtos não destinados à exportação.

O grupo transportes acumulou variação de 3,07%, abaixo da média do IPCA, influenciado pelos reajustes de 1,85% da gasolina e 0,76% no óleo diesel, devido à política de preços da Petrobras. Em contraste, o etanol aumentou 7,15%, o transporte público subiu 9,18% e o transporte por aplicativo apresentou variação de 56,08%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou 2025 em 3,90%, com destaque para habitação (6,79%), educação (5,99%), despesas pessoais (5,63%), saúde e cuidados pessoais (5,20%). Já os produtos alimentícios apresentaram alta mais moderada, de 2,63%.

Os resultados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE indicam que, entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, o custo dos gêneros alimentícios essenciais aumentou em nove das 17 capitais analisadas no período e recuou em oito. As maiores altas ocorreram em Salvador (4,04%), Belo Horizonte (2,40%) e Rio de Janeiro (1,57%), enquanto as reduções mais importantes foram observadas em Brasília (-3,90%) e Natal (-3,27%). Produtos como arroz agulhinha, batata, leite integral e feijão preto tiveram queda generalizada, enquanto café em pó e carne bovina de primeira, fortemente influenciados pelo mercado externo, apresentaram aumentos acumulados.

Os dados mostram que a inflação de 2025 foi pressionada, sobretudo, por fatores climáticos e por reajustes de preços administrados, como os de energia elétrica, água, saúde (planos de saúde e medicamentos) e educação, e não pela expansão do consumo ou pelos salários, que se limitaram, em grande medida, à recomposição de perdas de períodos anteriores. Nesse contexto, coloca-se em debate se a manutenção de uma taxa Selic elevada constituiu, de fato, o principal instrumento de contenção inflacionária ou se teve como efeito predominante a limitação do crescimento econômico, a elevação do custo da dívida interno e a valorização do real diante do dólar, por meio dos fluxos financeiros. Ainda assim, as incertezas do cenário externo e a elevação da taxa de juros nos Estados Unidos resultaram em expressiva saída líquida de capitais do Brasil, estimada em cerca de US\$ 33 bilhões.

Para 2026, o cenário é marcado por elevada incerteza, o que impede afirmações categóricas sobre o comportamento da inflação. Permanecem em aberto questões centrais: 1 - Como se comportará o câmbio em 2026, diante de todas as políticas e ações norte-americanas? 2 - O que vai acontecer com os preços internacionais com o aumento das incertezas no cenário global? 3 - Os focos de guerra no mundo vão se expandir e quais são os possíveis impactos para o Brasil? 4 - Os fatores climáticos poderão reduzir a oferta de alimentos?

Um olhar atento do Estado brasileiro sobre o cenário atual e sobre a dinâmica dos preços dos bens essenciais é fundamental para viabilizar políticas de correção de rumo e mitigar impactos negativos. Nesse sentido, destacam-se, como pontos centrais de revisão, a meta de inflação e o atual patamar da taxa Selic, que assegura elevados ganhos aos rentistas, penaliza o lado real da economia e contribui para a elevação da dívida pública.

Negociações coletivas

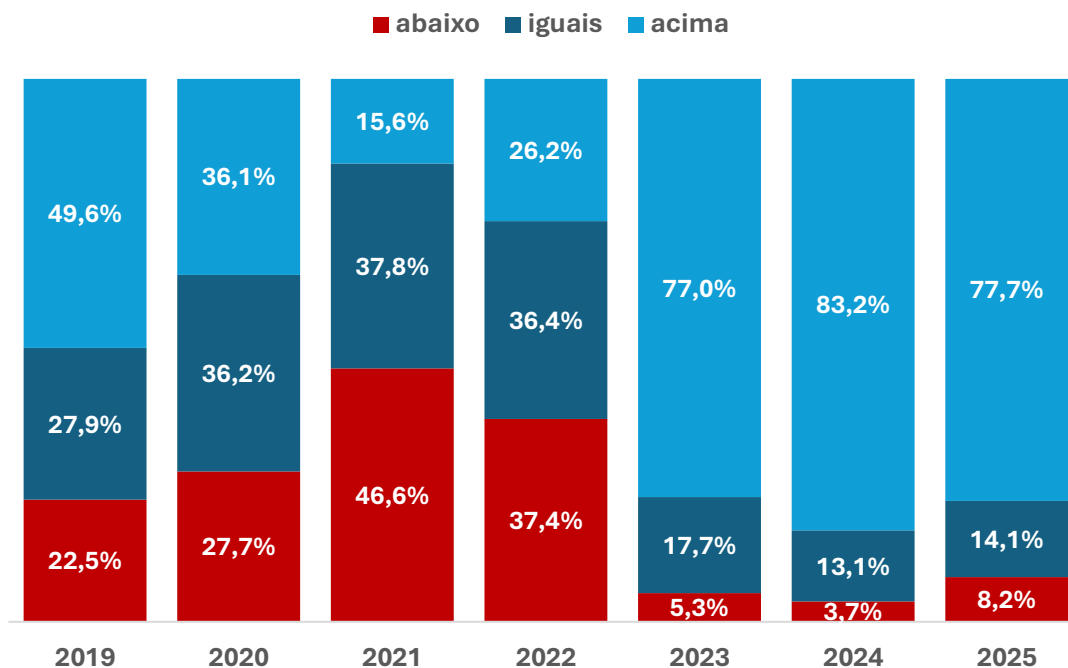
Numa análise preliminar do DIEESE, em 2025, 77,7% das negociações coletivas registraram reajustes salariais com ganhos acima da inflação medida pelo INPC-IBGE, nas respectivas datas-bases. O percentual de resultados iguais ao índice foi de 14,1%; e o de reajustes abaixo dele ficou em 8,2%.

A análise considerou 21.510 reajustes salariais inseridos no Sistema Mediador, do MTE. Ainda são esperados mais registros referentes a 2025, em especial das categorias com data-base no último trimestre, cujas negociações ainda não foram concluídas. Para se ter uma estimativa do número provável de reajustes em um ano, entre 2022 e 2024, foram registrados no Mediador, em média, cerca de 27 mil resultados.

Vistos em perspectiva, os resultados de 2025 se assemelham aos observados nos dois primeiros anos do novo governo Lula (2023 e 2024), embora com frequência um pouco maior de reajustes abaixo da inflação, e diferem substantivamente dos registrados no período anterior, referentes ao governo Bolsonaro (2019-2022), em que as perdas eram muito mais frequentes.

GRÁFICO 3

Distribuição dos reajustes salariais, em relação ao INPC, por ano
Brasil - 2019 a 2025



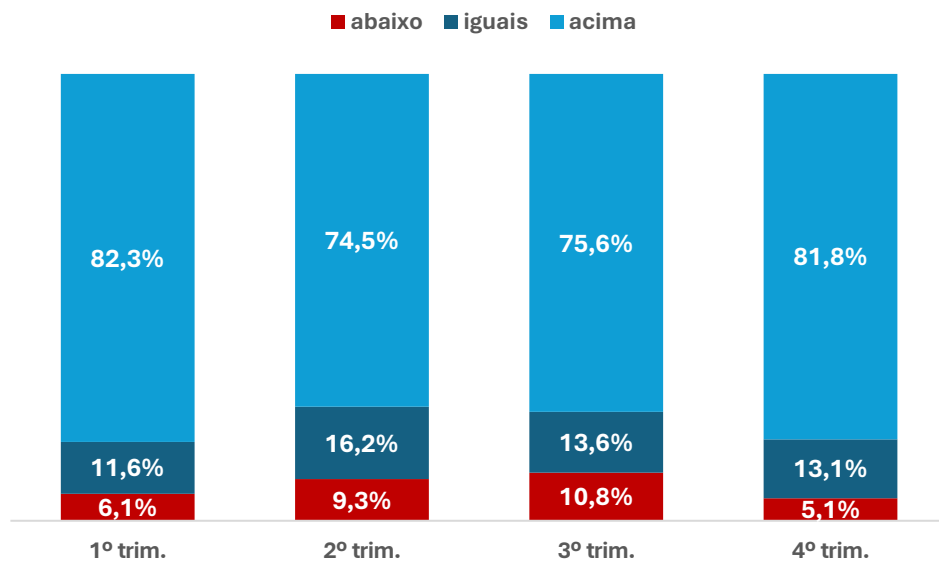
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 12 de janeiro de 2026

Em relação à variação real média dos reajustes, 2025 registra, até o momento, ganho médio de 0,87% acima da variação do INPC. Trata-se do menor ganho real médio desde 2023. Ainda assim, é bem superior ao observado no período precedente.

O aumento do registro de reajustes abaixo da inflação e a queda no valor da variação real média estão bem situados no segundo e terceiro trimestre de 2025. A partir do quarto trimestre, nota-se o arrefecimento da tendência anterior: os reajustes abaixo da inflação reduzem-se a 5,1%, e os reajustes acima da inflação voltam a superar o patamar de 80% (81,8%).

GRÁFICO 4**Distribuição dos reajustes salariais, em relação ao INPC, por trimestre
Brasil - 2025**

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

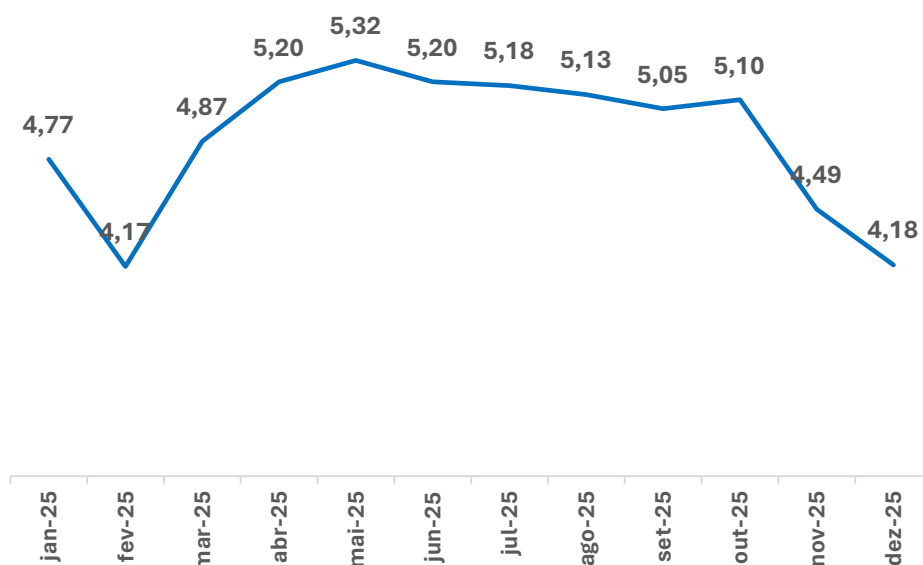
Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 12 de janeiro de 2026

O movimento observado em 2025 guarda alguma correlação com a variação dos valores dos reajustes necessários para correção das perdas salariais por data data-base. Em geral, quanto maior a inflação, mais difíceis são as negociações coletivas e menos satisfatórios podem ser os reajustes salariais para o conjunto dos trabalhadores.

GRÁFICO 5

Reajuste necessário para correção das perdas salariais, por data-base, segundo o INPC-IBGE - Brasil - 2025



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Mediador

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados atualizados até 12 de janeiro de 2026

Agenda dos Trabalhadores: reforma administrativa e os retrocessos na agenda dos direitos sociais e trabalhistas

A reforma administrativa foi apresentada ao Congresso Nacional, em outubro de 2025, como a PEC 38/2025,³ elaborada a partir de debates conduzidos por grupos de trabalho da Câmara dos Deputados. A proposta integra um pacote legislativo composto por uma PEC, um projeto de lei complementar e um projeto de lei ordinária (PL), além de relatório explicativo, que, em conjunto, reúnem mais de 70 medidas organizadas em quatro eixos: *estratégia, governança e gestão; transformação digital; profissionalização; e extinção de privilégios*.

Entre os pontos da reforma, chama atenção a ampliação de mecanismos de remuneração variável atreladas a metas e resultados, com a extinção de rubricas

³ Para uma análise detalhada da proposta, ver **Notas sobre a proposta de reforma administrativa apresentada em 2025**, Nota Técnica 288, elaborada pelo DIEESE em dezembro de 2025. O conteúdo da Nota está reproduzido também na última parte desta publicação.

remuneratórias vinculadas exclusivamente ao tempo de serviço em todos os entes federativos, poderes e órgãos autônomos.

Embora a gestão por metas não seja novidade no setor público, a inovação reside no atrelamento de bônus remuneratórios ao desempenho, em contexto no qual a negociação coletiva permanece não regulamentada, o que dificulta que sindicatos e associações representativas de servidores negociem os indicadores previstos, bem como a distribuição dos bônus. Além disso, a concessão desses bônus fica inteiramente a critério da administração, o que pode gerar insegurança e desestímulo entre os servidores.

A proposta também estabelece um teto para as despesas primárias dos estados, do Poder Legislativo e dos órgãos autônomos, nos moldes do arcabouço fiscal atualmente em vigor. Na prática, trata-se de estender às despesas com pessoal regras já bastante restritivas, mesmo diante da existência de limites rigorosos estabelecidos há décadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao mesmo tempo, seguem negligenciados mecanismos de avaliação e transparência sobre os gastos tributários⁴.

No que se refere à admissão e às formas de contratação, a reforma propõe mudanças que envolvem princípios fundamentais da administração pública. A introdução do vínculo estatutário por tempo determinado e a ampliação de contratações temporárias, ainda que justificadas como medidas para evitar o “inchaço” da folha e passivos previdenciários, fragilizam o regime jurídico único, ampliam a precarização e ameaçam a continuidade das políticas públicas. Essas medidas aprofundam a lógica inaugurada pela terceirização irrestrita, abrindo espaço para a substituição de servidores efetivos por vínculos instáveis e para a privatização de funções estatais.

Se implementadas sem salvaguardas institucionais, as propostas da reforma administrativa podem redefinir o pacto do funcionalismo brasileiro, enfraquecendo o concurso público como instrumento de igualdade e comprometendo princípios como legalidade, impessoalidade, segurança jurídica e interesse público.

⁴ <https://ijf.org.br/renuncia-de-receita-e-os-25-anos-da-lei-de-responsabilidade-fiscal/>

A reforma administrativa seguirá em debate ao longo de 2026, especialmente por se tratar de ano eleitoral, e continuará a ser objeto de acompanhamento e análise nos próximos boletins.



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP
Vice-presidente – Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP
Diretora Executiva – Maria Helena Oliveira
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP
Diretor Executivo – Ednilson Rossato
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos
Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA
Diretora Executiva – Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Equipe Responsável

José Álvaro Cardoso
Thomaz Ferreira Jensen
Cristina Pereira Vieceli
Patrícia Costa
Luís Ribeiro
Gustavo Monteiro
Marco Antônio
Patrícia Pelatieri
Ricardo Tamashiro